**CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO — DIVERGÊNCIA
QUANTO À INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRA-
TUAL — JUÍZO ARBITRAL**

— Deve o Governo conformar-se com a decisão do árbitro, em obediência ao compromisso previamente assumido em termos, e aceitar, como final e irrecorrível, a sentença arbitral.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 3.915

Em 21 de dezembro de 1943. — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu V. Excia. à apreciação dêste Departamento o processo

anexo referente ao Juízo arbitral instituído para dirimir a controvérsia surgida entre o Governo da União e The Rio de Janeiro City Improvements Company Ltd., concessionária do serviço de esgotos do Rio de Janeiro.

2. A questão apareceu, em seu início, com um aspecto muito mais limitado quando o Sr. Engenheiro Chefe da Fiscalização da Concessionária recusou aceitar a fatura das despesas de capital efetuadas nos esgotos da ilha de Paquetá, durante o mês de agosto de 1942, sob a alegação de ter sido encerrada, a 31 de dezembro de 1936, a conta de capital da Companhia, ex-vi da cláusula 1.^a do termo aditivo de 2 de março de 1937.

3. Não aceitou a Companhia essa interpretação, tanto mais que, de janeiro de 1937 a junho de 1942, tinham sido reconhecidas faturas da mesma natureza e pagas à concessionária prestações semestrais destinadas a perfazer os juros brutos de 9% sobre o capital invertido nas instalações de esgotos da referida ilha, dada a insuficiência da receita arrecadada à conta de taxas prediais.

4. Em face da divergência, apelou o Sr. Engenheiro Chefe da Fiscalização para o parecer da Comissão que, composta de um representante do Ministério da Fazenda e de outro deste Departamento, estava sob sua presidência, encarregada de revisão da taxa predial de esgotos.

5. Essa Comissão, não somente julgou que era de todo cabível o modo de ver do Sr. Engenheiro Chefe da Fiscalização, como também deu à questão uma maior latitude ao endossar a opinião do representante deste Departamento em não reconhecer à Companhia qualquer direito a receber, a partir de 1937, as prestações semestrais a título de garantia de juros e de serviço de esgotos pluviais.

6. Ouvido, então, sobre esses vários aspectos da questão o Senhor Consultor Geral da República, foi seu parecer em todo favorável aos pontos de vista suscitados, no seio da Comissão, pelo representante deste Departamento e, dias após, aceito e homologado pelo Sr. Ministro da Educação e Saúde.

7. Nessa conjuntura é que a Companhia, não concordando com a decisão do Governo, resolveu recorrer ao Juízo arbitral como lhe facultava a cláusula 13.^a do contrato de concessão de 25 de abril de 1857.

8. Proposto pela Companhia, como árbitro único, o Excelentíssimo Senhor Ministro Eduardo Espínola, Presidente do Supremo Tribunal Federal, foi, depois de apresentadas pelas duas partes as alegações e contra-alegações julgadas necessárias, emitido, a 27 de setembro último, o competente laudo cuja decisão reconheceu a validade de todas as reivindicações do Governo da União.

9. Não cabendo, por essa sentença, à concessionária direito a qualquer outro pagamento da parte do Governo Federal que não o das taxas prediais estabelecidas no termo aditivo de 2 de março de 1937, que instituiu o regime de "serviço pelo custo", decidiu o Sr. Árbitro que, em virtude dos poderes a êle outorgados pela cláusula 10.^a do termo de compromisso de 2 de julho último, a companhia não estaria, por equidade, sujeita à restituição das quantias por ela recebidas de boa-fé a título de garantia de juros e de remuneração de serviço de galerias pluviais, relativamente ao período de janeiro de 1937 a junho de 1942.

10. Embora este Departamento sustente, como princípio geral, a obrigatoriedade da restituição, ao Tesouro Nacional, de todo pagamento indevidamente feito, terá o Governo, no caso vertente, de conformar-se com a decisão do árbitro, em obediência ao compromisso previamente assumido no referido termo e aceitar, como final e irrecorrível, a sentença arbitral em questão.

11. Quanto à responsabilidade dos funcionários que intervieram no processamento das contas de idêntica natureza, pagas à mesma Companhia, de janeiro de 1937 a junho de 1942, opina êste Departamento que se acate o parecer do Sr. Consultor Geral da República que os exime de qualquer responsabilidade quanto à indenização dos prejuízos ocasionados.

12. Atendendo, porém, a que êste fato, repetido várias vêzes, manifesta negligência da parte dêsses funcionários no cumprimento de suas obrigações, julga êste Departamento que devem êles ser advertidos de acôrdo com as disposições do Estatuto dos Funcionários Cíveis da União.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia, os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes*, Presidente.

Aprovado, em 6-1-44. — G. VARGAS.